

Moratória interna: sugestão do empresário ao governo.

Decretar a "moratória interna" como forma de solucionar o endividamento interno do País, que já chega aos 13 trilhões de cruzeiros. Essa foi a sugestão apresentada ontem pelo professor Américo Oswaldo Campiglia, presidente da Acrefi (Associação das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento), como uma das medidas "heróicas e dolorosas" que o governo deve adotar para solucionar o endividamento interno, "que tende a crescer desordenadamente".

A sugestão foi feita por Campiglia durante o almoço mensal no GAP (Grupo de Assessoria e Participação) da área do Banespa, que se reúne para discutir problemas econômicos conjunturais. O presidente da Acrefi explicou, ainda, que essa moratória interna deve ser acompanhada de medidas complementares — uma delas seria impedir o acesso de pessoas físicas no open market, a fim de acabar com a especulação no mercado financeiro. Complementando a sugestão, o novo presidente do Sindicato dos Bancos, Paulo Queiroz, propôs que o governo decrete o congelamento do open e o transforme em depósitos à vista nos bancos, de modo que esse recurso disponível seja aplicado em financiamentos produtivos.

Já o empresário Alberto Villares propôs, em complementação à tese de Américo Campiglia, que o governo decrete uma moratória interna e transforme as ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional) em ações das empresas estatais. Desse modo, haveria uma desestatização paulatina da economia, gerando-se um modelo de autogestão similar ao iugoslavo.

Para Alberto Villares, o governo deve, antes de tudo, redimensionar o modelo econômico no sentido de que haja um planejamento indicativo e sugestivo em vez de medidas punitivas, como se pretende impor no setor de combustíveis. Segundo o empresário, não adianta que novas medidas de caráter financeiro sejam impostas. "É preciso que as autoridades se convençam de que temos a necessidade de expandir o mercado interno a fim de se evitar o agravamento de problemas sociais. Ele considera que as taxas de juros são consequência direta da inflação e, à medida em que houver um realinhamento na política econômica, de modo a garantir mais emprego e um comércio mais livre, haverá um abrandamento da crise e um consequente esfriamento das taxas inflacionárias.

O presidente do GAP, engenheiro Roberto Richter, propôs que as autoridades econômicas tornem as exportações brasileiras mais liberais, de modo que o empresariado possa participar mais efetivamente do comércio externo. Ele lembrou que, atualmente, apesar de todos os incentivos indiretos, o Brasil participa apenas com 1% do volume mundial do mercado exportador, quando tem capacidade para apresentar um desempenho infinitamente maior.